



4323722



21260.201282/2024-55



Ministério das Mulheres
Gabinete do Ministério das Mulheres

OFÍCIO Nº 389/2024/GAB.MULHERES/MMULHERES

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor
Senador Rogério Carvalho
Primeiro-Secretário do Senado Federal
apoimesa@senado.leg.br

1. Cumprimentando-o cordialmente, reporto-me ao Ofício nº 214 (SEI nº 4252236), que trata sobre a solicitação realizada pela Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) onde requer informações à Senhora Aparecida Gonçalves, Ministra de Estado das Mulheres, sobre as ações implementadas em 2023 e previstas para 2024 para a promoção dos direitos das mulheres, nos termos do disposto no Decreto nº 11.351, de 1º de janeiro de 2023

2. Em relação aos questionamentos:

Quais ações do Ministério estão programadas para o mês de março de 2024, para a promoção dos direitos das mulheres?;

Quais as ações do Ministério, em 2023, foram destinadas para a promoção dos direitos das mulheres?;

Quanto foi destinado, em recursos financeiros, para as iniciativas destinadas à promoção e à proteção da mulher executadas pelo órgão em 2023, e quanto será destinado para o ano de 2024? Dessa quantia, quanto já foi empenhado e quais órgãos, entes e entidades privadas receberam os recursos?;

Quais são as principais políticas, programas, diretrizes e projetos que buscam eliminar a discriminação da mulher?;

Quais são os mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção de direitos e de proteção à mulher aplicados por este Ministério?.

3. Segue anexo o documento de resposta (SEI nº 4309851)

Atenciosamente,

assinado eletronicamente

Aparecida Gonçalves

Ministra de Estado do Ministério das Mulheres



Documento assinado eletronicamente por **Aparecida Gonçalves**, Ministra de Estado das Mulheres, em 18/05/2024, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4323722** e o código CRC **C6C4AA93**.

Referência: Caso responda este ofício, indicar expressamente o Processo nº 21260.201282/2024-55

SEI nº 4323722

Esplanada dos Ministérios - Bloco C 6º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa - Telefone:
CEP 70297-900 Brasília/DF - <http://www.mdh.gov.br>



1) Quais ações do Ministério estão programadas para o mês de março de 2024, para a promoção dos direitos das mulheres? Avulso do RQS 120/2024 [2 de 5]

AÇÕES DO MÊS DE MARÇO -2024

- **CASA DA MULHER BRASILEIRA**

- ✓ Inauguração da Casa da Mulher Brasileira de Teresina (PI) no dia 8 de março.
- ✓ No dia 26 de março, foi inaugurada a segunda Casa da Mulher Brasileira no mês, em Ananindeua (PA).

- **CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER BRASILEIRA**

- ✓ No dia 8 de março, foi inaugurado o Centro de Referência da Mulher Brasileira de Jataí (GO).
- ✓ No dia 11 de março, aconteceu a inauguração do Centro de Referência da Mulher Brasileira em Cidade Ocidental (GO).

- **PROGRAMA MULHERES INDÍGENAS TECENDO O BEM-VIVER**

- ✓ No dia 8 de março, os Ministérios das Mulheres e dos Povos Indígenas assinaram uma portaria conjunta que instituiu o Programa Mulheres Indígenas Tecendo o Bem Viver.
- ✓ O propósito da medida, entre outros, é fomentar iniciativas socioeconômicas de impacto local, regional e nacional, assim como preservar saberes e práticas tradicionais dos povos indígenas a partir do fortalecimento e gestão de coletivos de mulheres indígenas.
- ✓ O Programa é coordenado pela Secretaria Nacional de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas (SEART) do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), em conjunto e em parceria com o Ministério das Mulheres (MM). A iniciativa visa alcançar os seis biomas





nacionais por meio de um edital que se desdobrará em 12 projetos ao todo, dois para cada bioma.

- **TORNOZELEIRAS ELETRÔNICAS**

- ✓ O Ministério das Mulheres anunciou a destinação de R\$ 10 milhões para apoiar os estados com a aquisição de tornozeleiras eletrônicas.
- ✓ A ação da pasta ocorre no âmbito da Lei Maria da Penha a fim de proteger as mulheres de seus agressores. Esse valor se soma aos R\$ 3,9 milhões já liberados, por meio de edital, para nove estados brasileiros: Maranhão, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Acre, Bahia, Tocantins, Amazonas, Sergipe e Alagoas.

- **PLANO NACIONAL DE AÇÕES DO PACTO NACIONAL DE PREVENÇÃO AOS FEMINICÍDIOS**

- ✓ Lançado no dia 19 de março, o Plano de Ação é resultante do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, instituído em 16 de agosto de 2023 pelo Decreto nº 11.640/2023 com o propósito de prevenir todas as formas de discriminações, misoginia e violências de gênero contra as mulheres por meio de ações governamentais intersetoriais, com perspectiva de gênero e suas interseccionalidades.
- ✓ O Plano funciona como um instrumento de articulação e operacionalização dos objetivos, diretrizes e princípios constantes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e envolve várias áreas do Governo Federal. O Distrito Federal, estados e municípios, além de toda a sociedade, poderão aderir ao Pacto.
- ✓ O plano traz 73 medidas estruturantes e transversais, com o objetivo de prevenir todas as formas de discriminação, misoginia e violência de gênero contra mulheres e meninas, com estratégias desenvolvidas pelas diferentes pastas ministeriais.

- ✓ **1ª ETAPA – 10 MINISTÉRIOS INTEGRANTES DO COMITÊ GESTOR (Ministério da Casa Civil, Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), Educação**





(MEC), Saúde (MS), Justiça e Segurança Pública (MJSP), Povos Indígenas (MPI), Igualdade Racial (MIR) , Desenvolvimento, Assistência Social e Combate à Fome (MDS), Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e Planejamento e Orçamento (MPO))

EIXOS DE ATUAÇÃO

Eixo	Descrição	Quantidade de Ações
Prevenção Primária	Ações planejadas para evitar que a violência aconteça e que visem a mudança de atitudes, crenças e comportamentos para eliminar os estereótipos de gênero, promover a cultura de respeito e não tolerância à discriminação, à misoginia e à violência com base no gênero e em suas interseccionalidades, e para construir relações de igualdade de gênero, envolvidas as ações de educação, formal e informal, com a participação de setores da educação, da cultura, do esporte, da comunicação, da saúde, da justiça, da segurança pública, da assistência social, do trabalho e do emprego, dentre outros;	22
Prevenção Secundária	ações planejadas para a intervenção precoce e qualificada que visem a evitar a repetição e o agravamento da discriminação, da misoginia e da violência com base no gênero e em suas interseccionalidades, desenvolvidas por meio das redes de serviços especializados e não especializados nos setores da segurança pública, saúde, assistência social e justiça, dentre outros, e apoiadas com o uso de novas ferramentas para identificação, avaliação e gestão das situações de risco, da proteção das mulheres e da responsabilização das pessoas autoras da violência; e	20
Prevenção Terciária	ações planejadas para mitigar os efeitos da discriminação, da misoginia e da violência com base no gênero e em suas interseccionalidades e para promover a garantia de direitos e o acesso à justiça por meio de medidas de reparação, compreendidos programas e políticas que abordem a integralidade dos direitos humanos e garantam o acesso à saúde, à educação, à segurança, à justiça, ao trabalho, à habitação, dentre outros.	4
Produção de conhecimento, dados e documentos		27
Total de Ações		73
Investimento Total		2,5 bilhões

EIXOS ESTRUTURANTES





1. Prevenção Primária

Na prevenção primária, 22 ações se concentram em estratégias para evitar que a violência ocorra, como realização de oficinas, campanhas publicitárias, formação de mulheres líderes comunitárias e qualificação de profissionais da Atenção Primária à Saúde.

Ações	Responsável
Criação de Escolas de formação continuada de Conselheiros Tutelares, uma por região.	MDHC
Realização de Campanhas sistemáticas de prevenção às diferentes formas de violência contra crianças e adolescentes	MDHC
Formação para lideranças LGBTQIA+ do campo, inclusive lideranças indígenas, para o combate à violência e aos crimes de ódio, com base na autogestão e autoproteção voltadas para as particularidades territoriais e regionais.	MDHC
Ações educativas sobre o tema do assédio, tanto para o público interno como para o externo que se relaciona à CAPES	MEC
Caderno Temático sobre o papel da escola em relação aos direitos das mulheres e ao enfrentamento à misoginia.	MEC
Curso online com 180h para profissionais da Educação Básica sobre temas relacionados à Educação em Direitos Humanos e Diversidades, dentre eles questões de gênero e enfrentamento à violência contra mulheres.	MEC
Prêmio de Educação em Direitos Humanos como uma forma de reconhecimento público para as redes de ensino que incorporarem nos currículos e práticas pedagógicas ações em educação em direitos humanos.	MEC
Programa Mulheres Mil: inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade.	MEC
Qualificação de profissionais da APS no fortalecimento da Estratégia Nacional da Saúde do Homem e Masculinidades, com enfoque às ações transversais na prevenção e enfrentamento da violência contra meninas e mulheres.	MS
Oferta de curso os/as servidores/as públicos/as federais e estaduais com foco na prevenção aos femicídios e à violência de gênero.	MGI
Formação online feita por meio de canais como o Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos (PNEC-DH), com recorte de enfrentamento ao Racismo e inclusão de um módulo específico sobre violência de gênero e os impactos para as mulheres negras, a ser elaborado pelo MIR.	MIR
Formação de mulheres líderes comunitárias, para exercerem papel de multiplicadoras de conhecimentos, hábeis à identificação da violação de direitos e dos meios de garantir o acesso à Justiça.	MJSP





Disseminação de estratégias de prevenção do uso de substâncias psicoativas com base em evidências, que também possuem impactos na prevenção de violências, por meio do fortalecimento dos vínculos familiares	MJSP
Fortalecimento da sociedade civil para ações de enfrentamento à violência contra mulheres que usam drogas e/ou que vivem em territórios afetados pelo tráfico.	MJSP
Operações preventivas, repressivas e educativas com objetivo de capacitar o efetivo PRF para o enfrentamento da violência sexual no transporte coletivo, incluindo noções acerca de violência de gênero, atendimento à vítimas e encaminhamento eficiente de denúncias e flagrantes.	MJSP
Programa Guardiãs – formação de mulheres indígenas em direitos nos 6 biomas para impulsionar políticas e estratégias de prevenção, combate e erradicação das violências de gênero e discriminações enfrentadas por mulheres indígenas em todo o Brasil.	MPI
Fortalecimento de capacidades de organizações e movimentos de mulheres, em especial defensoras de direitos humanos, em prevenção a violências	MMulheres
Realização de campanhas periódicas e voltadas a públicos ou temas específicos para enfrentamento da misoginia, da discriminação e de todas as formas de violência de gênero contra mulheres e meninas.	MMulheres
Realização de ações voltadas à formação e qualificação das profissionais da rede de atendimento a mulheres em situação de violência	MMulheres
Qualificação continuada dos profissionais atendentes do Ligue 180 e atualização contínua do sistema de informações.	MMulheres
Realização de oficinas de escutas com mulheres indígenas, quilombolas, com deficiências, ciganas, jovens, LBTs, do campo, das águas e das florestas sobre violência baseada em gênero	MMulheres
Criação de fóruns e espaços de participação social na política de enfrentamento à violência contra as mulheres (LBTs, campo floresta e águas, quilombolas, defensoras dos direitos humanos etc)	MMulheres
Total de Ações	22

2. Prevenção Secundária

A prevenção secundária possui 20 ações para intervir precocemente e de forma qualificada para prevenir a discriminação, a misoginia e a violência de gênero e promover a garantia de direitos. A atuação envolve as redes de serviços especializados e não especializados nas áreas de segurança pública, saúde, assistência social e justiça. Entre as ações estão a ampliação da rede de proteção com a destinação de imóveis da União e a reestruturação e qualificação do Ligue 180.





Ações	Responsável
Execução do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM nos Estados	MDHC
Ampliação do Programa de atendimento socioeducativo em meio aberto	MDHC
Capacitação atendentes do Disque 100 para atualização dos protocolos e fluxos de atendimento	MDHC
Repasse para o Serviço de acolhimento institucional de adultos e famílias. Acolhimento provisório com estrutura para acolher com privacidade pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar. É previsto para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento.	MDS
Repasse para o Serviço de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência. Acolhimento provisório para mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos, em situação de risco de morte ou ameaças em razão da violência doméstica e familiar, causadora de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral.	MDS
Repasse para o Paefi/Creas. Atua no acompanhamento de famílias e/ou indivíduos que vivenciam situações de risco social ou tiveram seus direitos violados, através do apoio, da orientação e do acompanhamento especializado visando à superação das situações identificadas, incluindo o atendimento e o acompanhamento às mulheres vítimas de violência.	MDS
Repasse para o Centro Pop. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, executado no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - (Centro Pop) ou nos (CREAS). O serviço destacado garante acolhida, atividades e/ou ações de convivência, orientação, acompanhamento e encaminhamentos para a rede de proteção social para homens e mulheres em situação de rua.	MDS
Seas. É ofertado de forma continuada a pessoas em situação de rua ou que utilizam os espaços públicos como forma de sobrevivência. Esse serviço destaca-se pela sua capacidade de atuação no espaço social da rua através da identificação, do estabelecimento de vínculos e dos encaminhamentos para a rede dos serviços socioassistenciais e demais políticas públicas. Ressalta-se que mulheres em situação de rua fazem parte do público-alvo para esse serviço.	MDS
Serviço de Proteção Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias - Centro Dia Adulto/Infantil. O serviço pode ser ofertado na unidade (CREAS), (Centros Dia e/ou similares), tem como objetivo o acompanhamento especializado às pessoas idosas e as pessoas com deficiência (considerando o ciclo etário - crianças, adolescentes e adultos), que apresentem algum grau de dependência e de cuidados. Esse serviço também se destaca no atendimento às mulheres idosas e com deficiência, principalmente,	MDS





atuando como apoio aos cuidadores/cuidadoras (no âmbito familiar), que em sua maioria são mulheres, visando evitar situações de violência e violações de direitos no contexto familiar	
Qualificação da atenção ofertada na Rede de Atenção Psicossocial por meio de ações de educação permanente para os profissionais	MS
Fortalecimento da RAPS para acolhimento e acompanhamento em saúde mental para vítimas de violência e feminicídio	MS
Destinação de Imóveis da União para finalidade sociais para ampliação da rede de proteção; Melhora na qualidade de atendimento a mulheres em situação de vulnerabilidade	MGI
Elaboração de curso modular em gênero, articulado com a Política Nacional de Enfrentamento ao Assédio na PRF	MJSP
Elaboração de curso sobre Aspectos Procedimentais do Protocolo Nacional de Investigação e Perícia em Crimes de Feminicídio	MJSP
Formação de profissionais de segurança pública para atendimento e proteção de mulheres em situação de violência	MJSP
Criação de sistema integrado de atendimento e dados de violência contra as mulheres (Ligue 180, CMB, CRAM...)	MMulheres
Ampliação do número de unidades móveis de atendimento para as mulheres do campo, floresta, águas, quilombolas, indígenas e ciganas	MMulheres
Ampliação da rede de atendimento destinado às mulheres em situação de violência (Casas da Mulher Brasileira, Centros de Referência Especializados, Casas da Mulher indígena, casas-abrigo)	MMulheres
Ampliação e fortalecimento do uso da monitoração eletrônica no âmbito da Lei 11.340/2006	MMulheres
Total de Ações	20

3. Prevenção Terciária

Na prevenção terciária, as quatro ações são planejadas para garantir os direitos e o acesso à justiça por meio de medidas de reparação, com programas e políticas que abordem os direitos humanos. As ações garantem acesso à saúde, educação, segurança, justiça, trabalho e moradia. Estão planejadas ações como a implementação do Decreto nº 11.430/2023, que estabelece percentual mínimo, em contratações públicas, de mão-de-obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica; e a instituição de política de reparação aos sobreviventes e familiares do feminicídio.

Ações	Responsável
Implementação do Decreto nº 11.430/2023 que altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 que estabelece percentual mínimo, em contratações públicas, de mão-de-obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica	MGI





Campanha de sensibilização entre equipes de comunicação institucional e assessorias de participação social e diversidade de órgãos e entidades da administração pública federal, para reposicionamento da imagem de mulheres como agentes complexos da construção de direitos e cidadania e produção de conteúdo a partir da mobilização da memória institucional com este foco.	MGI
Instituição do Programa de Atenção Psicossocial a mães, demais familiares e vítimas de violência do Estado que tem como finalidade estruturar, fortalecer e promover boas práticas de atendimento psicossocial no âmbito do SUS, suporte socioassistencial no âmbito do SUAS e acolhimento nos serviços e equipamentos de promoção e proteção de Direitos Humanos para a atenção a mães, demais familiares e vítimas de violência do Estado.	MIR
Instituição de política de reparação às/aos sobreviventes e familiares do feminicídio	MMulheres
Total de Ações	4

EIXOS TRANSVERSAIS

O Eixo Transversal, que conta com 26 ações, servirá de suporte para o desenvolvimento de ações de prevenção. O eixo é composto por Produção de Dados, como a Criação do Observatório Nacional da Violência Contra Educadores(as), e a Produção de Documentos, que inclui ações como a instituição do Plano Nacional de Enfrentamento ao Assédio e Discriminação na Administração Pública Federal.

1. Produção de Conhecimento

Ações	Responsável
Editais de pesquisa na área de gênero e violência, políticas públicas e etc. Apoiar a formação de recursos humanos de alto nível e a pesquisa acadêmico-científica, por meio do financiamento de projetos em temas relacionados às políticas afirmativas e à diversidade, de maneira a subsidiar o poder público em políticas públicas que visem alcançar igualdade de direitos e oportunidades.	MEC
Elaboração de estudos com vistas a subsidiar a construção de proposta de política educacional voltada ao Enfretamento ao Bullying, ao Preconceito e à Discriminação na Educação, nos termos da Lei nº 13.185/2015 e art. 146-A, da Lei nº lei 14.811/2024 e dos incisos VIII e IX do art. 8º da Lei Maria da Penha.	MEC





Revisão da Ficha de Notificação Compulsória da Violência e Instrutivo	MS
Revisão da norma técnica de atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência sexual;	MS
Formação de profissionais de saúde para a notificação de violências e produção de análises sobre violência de gênero segundo bases de dados e linkage de bases.	MS
Facilitação da disponibilização de dados sobre violência contra mulheres negras, considerando dados encontrados no HUB da igualdade racial	MIR
Realização de pesquisa sobre atendimento de mulheres indígenas nas Casas da Mulher Brasileira para identificar principais barreiras, desafios e potencialidades enfrentados por profissionais e gestores.	MPI
Produção de diagnósticos sobre a rede de atendimento especializada (CRAM, Casas Abrigo, CMB)	MMulheres
Produção de material informativo sobre violências contra mulheres, diretrizes, rede de proteção e serviços disponíveis;	MMulheres
Total de Ações	9

2. Produção de Dados

Ações	Responsável
Criação do Observatório Nacional da Violência Contra Educadoras(es).	MEC
Ampliação dos municípios notificantes para as Notificações de Violências Interpessoais e Autoprovocadas (ampliação do uso do Aplicativo NotiVIVA e outras estratégias).	MS
Ampliação de estratégias de Dados para a Saúde com vistas a subsidiar políticas públicas de enfrentamento às violências contra as mulheres com apoio de evidências para orientações das mesmas	MS
Realização do Viva Inquérito 2024 (pesquisa em serviços de urgências e emergências para conhecer a magnitude dos casos de violências e acidentes que chegam neste serviço e que incluem violência contra mulheres).	MS
Realização de pesquisa qualitativa referente a estrutura, funcionamento, área de atuação, logística, recursos humanos e capacitação das DEAMS.	MJSP
Apoio na realização de pesquisas e diagnósticos sobre violência contra as mulheres e suas interseccionalidades	MMulheres
Total de Ações	6





3. Produção de Documentos

Ações	Responsável
Elaboração de protocolo referencial de atendimento na Atenção Primária à Saúde para pessoas em situação de violência.	MS
Elaboração de nova Portaria referente à L. 13.931/2019 para comunicação de casos de violência contra a mulher para a segurança pública	MS
Regulamentação do Art. 9º §2º, I da LMP para dar prioridade para remoção de servidoras (adm direta e indireta) e empregadas em empresas públicas que estejam em situação de VDF.	MGI
Instituição do Plano Nacional de Enfrentamento ao Assédio e Discriminação na Administração Pública Federal	MGI
Atualização da Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMS), do Protocolo Nacional de Investigação e Perícia nos Crimes de Feminicídios e das Diretrizes para funcionamento das Patrulhas/Rondas Maria da Penha	MJSP
Regulamentação da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional para prevenção de todos os tipos de violência contra mulheres em situação de privação de liberdade.	MJSP
Adaptação do protocolo La Esperanza para o Brasil, voltado à investigação de crimes e ameaças a defensores/as de direitos humanos	MMulheres
Elaboração das diretrizes da Política de Abrigamento e Desabrigamento de mulheres em situação de violência e protocolos	MMulheres
Instituição da Política Nacional de Prevenção e Enfrentamento da violência política contra as mulheres	MMulheres
Elaboração de Norma Técnica sobre serviços/grupos reflexivos para homens autores de violência	MMulheres
Elaboração de Diretrizes, Normas Técnicas, protocolos de atendimento e de integração de redes de serviços com perspectiva interseccional	MMulheres
Regulamentação da L. 14.786/23 e elaboração de Diretrizes e materiais para implementação do Protocolo não é não	MMulheres
Total de Ações	12

- EDITAL DE FORMAÇÃO PARA MULHERES: IGUALDADE DE DECISÃO E PODER PARA AS MULHERES**

- ✓ Anúncio de edital de apoio a projetos de formação política para mulheres, iniciativa visa aumentar a participação das mulheres em espaços de poder e decisão.





- ✓ O objetivo é selecionar e apoiar projetos de formação de liderança para mulheres em seus territórios, contribuir para a superação da sub-representação nos espaços públicos e o enfrentamento à violência política contra elas.
- ✓ A chamada pública prevê o apoio a ações de enfrentamento à misoginia, ao preconceito, à discriminação e ao racismo, reconhecendo o impacto que a violência política gera na saúde mental das mulheres que atuam na área, e promover ações de acolhimento, cuidado e manutenção da saúde mental das mulheres no exercício político.
- ✓ Poderão participar deste Edital organizações da sociedade civil (OSC) de todas as regiões do Brasil, as quais poderão apresentar um projeto que contemple uma ou duas temáticas estabelecidas na chamada, tendo obrigatoriamente que contemplar as ações do eixo norteador. São elas:
 1. Eixo Temático 1. Formação de mulheres para o acesso e garantia aos direitos políticos e sociais, incluindo a participação das mulheres negras e indígenas, considerando as interseccionalidades sexual, identidade de gênero, etária e com deficiência; de orientação
 2. Eixo Temático 2. Formação visando o enfrentamento à violência política contra as mulheres, incluindo a participação das mulheres negras e indígenas, considerando as interseccionalidades de orientação sexual, identidade de gênero, etária e com deficiência
 3. Eixo norteador obrigatório: Ações estratégicas de formação para igualdade de decisão e poder para as mulheres.
- ✓ **Investimento:** R\$ 6 milhões, em conjunto com o Ministério da Igualdade Racial e dos Povos Indígenas

● ASAS PARA O FUTURO

- ✓ O programa foi lançado em 19 de março, com o intuito de ampliar a participação de jovens mulheres de periferia em setores de tecnologia, energia, infraestrutura, logística, transportes, ciência e inovação, com ênfase em carreiras voltadas para a sustentabilidade socioeconômica.
- ✓ A iniciativa visa beneficiar mulheres jovens de 15 a 29 anos em situação de vulnerabilidade social, preferencialmente mulheres negras e indígenas.
- ✓ Estão previstos investimentos no valor de R\$ 10 milhões para o programa e cerca de 20 mil mulheres jovens atendidas por ano.





- **EDITAIS - MENINAS E MULHERES NAS CIÊNCIAS EXATAS, ENGENHARIAS E NA COMPUTAÇÃO**

- ✓ Anúncio de parcerias em editais com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para apoiar projetos que estimulem o ingresso, a formação e a permanência de meninas e mulheres nas Ciências Exatas, Engenharias e na Computação, somando 100 milhões em investimentos.
- ✓ O objetivo central é apoiar projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação do País, por meio do estímulo ao ingresso, à formação, à permanência e à ascensão de meninas e mulheres nas carreiras de Ciências Exatas, Engenharias e Computação, promovendo o acesso à ciência como parte integrante dos direitos humanos.
- ✓ O público-alvo são meninas e mulheres, matriculadas no oitavo e nono ano do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, em escolas públicas, e na graduação dos cursos das áreas de Ciências Exatas, Engenharias e Computação. Os projetos serão propostos por pesquisadoras e pesquisadores vinculados a uma ICT, para serem executados em parceria com escolas públicas de todas as unidades da Federação. E, porque queremos atuar também na questão étnico-racial, pelo menos 40% das bolsas concedidas nessa iniciativa serão destinadas a meninas negras e indígenas.

- **FÓRUNS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

- ✓ No dia 19 de março, foram instalados quatro fóruns nacionais para fortalecer o diálogo com as mulheres de todo o país: Fórum Nacional para a Elaboração de Políticas Públicas para as Mulheres do Movimento Hip-Hop; Fórum Nacional Permanente para Diálogo da Promoção de Estratégias de Fortalecimento de Políticas Públicas para as Mulheres Quilombolas; Fórum para Promoção de Estratégias e Fortalecimento de Políticas Públicas de Autonomia Econômica e Cuidados com Mulheres da Pesca, Aquicultura Artesanal e Marisqueiras; e Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas.





- ✓ As instalações devem garantir espaços de diálogo e debates sobre desigualdades, acesso a políticas públicas, ações afirmativas, igualdade de gênero, enfrentamento à misoginia e aos diversos tipos de violência que afetam essas mulheres.

- ✓ **Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas:** Tem como objetivo propor, avaliar e monitorar políticas de prevenção e de combate à violência. De acordo com a portaria, ao Fórum compete propor e elaborar estudos e diagnósticos sobre o fenômeno da violência contra as mulheres do campo, da floresta e das águas, bem como quanto ao acesso e características dos serviços especializados ou não especializados de atendimento a mulheres em situação de violência. Cabe ainda ao Fórum fortalecer a articulação entre os organismos responsáveis pelas políticas para as mulheres da União, Estados e Municípios, e as organizações da sociedade civil com experiência de atuação no âmbito da pauta. Ele será coordenado pela Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, do Ministério das Mulheres, e composto por representantes da pasta e de associações, sindicatos, e movimento de mulheres trabalhadoras do campo, da floresta e das águas.

- ✓ **Fórum para a Promoção de Estratégias de Fortalecimento de Políticas Públicas de Autonomia Econômica e Cuidado com Mulheres da Pesca, Aquicultura Artesanal, Marisqueiras e outras trabalhadoras das águas:** O Ministério das Mulheres pretende fortalecer a participação social dessas mulheres, conhecer o impacto sócio-ambiental decorrentes de grande projetos de desenvolvimento nas atividades das trabalhadoras e trabalhar na formação de qualificação de gestão e comercialização para a produção pesqueira, debater estratégias de financiamento para a produção pesqueira das mulheres, além de debater políticas de cuidado de atendimento às mulheres da pesca. O Fórum é coordenado pela Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados, do MMulheres, e composto por representantes da pasta e de associações, cooperativas ou congêneres compostas por mulheres da pesca, aquicultura, marisqueiras e outras trabalhadoras das águas. De acordo com a portaria, o Fórum terá caráter estritamente consultivo e se reunirá em caráter ordinário quadrimestralmente e em caráter extraordinário sempre que convocado pela Coordenação.





- ✓ **Fórum Nacional Permanente para Diálogo da Promoção de Estratégias de Fortalecimento de Políticas Públicas para as Mulheres Quilombolas:** Irá estabelecer diálogos com o movimento das mulheres quilombolas, com debates sobre as desigualdades enfrentadas por elas e a violência que as afetam. Construir subsídios para o fomento de políticas públicas que atendam suas necessidades, considerando as dimensões de gênero e raça e fortalecer a participação das mulheres quilombolas na construção de espaços de debates e planejamentos de políticas públicas, tendo como base o respeito e a diversidade de todos os grupos. Também será responsável por propor estratégias de fortalecimento dos direitos das mulheres quilombolas, assim como indicar estratégias de valorização e o reconhecimento das mestras quilombolas e das mulheres lideranças que defendem direitos humanos em suas práticas de atuação ancestral. Ainda de acordo com a portaria, cabe ao fórum ir até os locais das quilombolas, promover encontros e organizar e construir espaços de escutas nas áreas. O Fórum Nacional é composto por representantes do Ministério das Mulheres e do movimento de mulheres quilombolas e terá duração de um ano, prorrogável uma vez por igual período, por meio de ato da Ministra de Estado das Mulheres. Ele terá caráter estritamente consultivo, se reunirá em caráter ordinário quadrimestralmente e em caráter extraordinário sempre que convocado pela presidenta.

- ✓ **Fórum Nacional para a Elaboração de Políticas Públicas para as Mulheres do Movimento Hip-Hop:** Considerando que a prática cultural Hip-Hop constitui uma forma de enfrentamento à violência, à misoginia e promoção da igualdade, o objetivo do Fórum é formular políticas públicas e campanhas pelo fim da discriminação contra a participação das mulheres no movimento Hip-Hop e pelo combate à misoginia. A promoção do diálogo sobre a diversidade e pluralidade das mulheres do Hip-Hop também está prevista no Fórum, considerando as suas territorialidades, regiões brasileiras, raça e etnia, identidade de gênero, orientação sexual, geração, pessoas com deficiência, bem como as especificidades do campo, das florestas e das águas. Além de propor ações de promoção da prática cultural do Hip-Hop por mulheres com estímulo às práticas de ensino e aprendizagem entre diferentes gerações. O Fórum Nacional será presidido pela ministra das Mulheres e será composto por representantes do Ministério das Mulheres e de mulheres do movimento Hip-Hop. A presidenta do Fórum Nacional poderá convidar especialistas e técnicos representantes de outros órgãos e entidades, públicos e privados, para participar das reuniões, sem direito a voto, quando da pauta constar matéria relacionada às suas áreas de atuação. Os membros deverão se reunir, presencialmente em





Brasília (DF), ou via online em caráter ordinário bimestralmente e em caráter extraordinário sempre que convocado pela presidenta. O Fórum Nacional terá duração de um ano, prorrogável uma vez por igual período, por meio de ato da ministra das Mulheres.

- **ACT “MULHERES PESCANDO AUTONOMIA E IGUALDADE”**

- ✓ No dia 19 de março, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) “Mulheres Pescando Autonomia e Igualdade”, entre o Ministério das Mulheres e o Ministério da Pesca e Aquicultura.
- ✓ O objetivo do ACT é fortalecer as organizações de mulheres pescadoras artesanais, estimulando os processos produtivos, promovendo a valorização do trabalho e assegurando a valorização econômica e a igualdade de direitos.

- **PRÊMIO MULHERES DAS ÁGUAS**

- ✓ No dia 19 de março, aconteceu a iniciativa que reconhece e homenageia mulheres que se destacaram em ações e trabalhos nas áreas de pesca e aquicultura, promovendo sustentabilidade, justiça social, respeito aos territórios e dignidade humana.
- ✓ Foram recebidas inscrições de mulheres em 23 estados, além do Distrito Federal, nas seguintes categorias: Pesca Artesanal em Águas Marinhas; Pesca Artesanal em Águas Continentais; Pesca Industrial/Indústria do Pescado; Aquicultura; Pesquisa; Gestão Pública ou Privada; e Pesca Amadora e Esportiva.

- **ESTRATÉGIA DE EMPREENDEDORISMO FEMININO - “ELAS EMPREENDEM”**

- ✓ Para as mulheres empreendedoras, o Ministério das Mulheres em parceria com o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP) anunciaram a Estratégia Elas Empreendem, uma política pública elaborada para o fortalecimento do empreendedorismo feminino como instrumento de desenvolvimento econômico e social do país.





- ✓ Com foco no microempreendedorismo, a estratégia prevê ações para ampliação do acesso a crédito, educação financeira, acesso a mercado, tecnologia e inovação, maternidade, diversidade e vulnerabilidade, por meio de integração de políticas públicas e participação de entidades da sociedade civil para que as iniciativas cheguem até a ponta.
- ✓ Uma das principais diretrizes da Estratégia Elas Empreendem é priorizar as mulheres inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) nas ações a serem desenvolvidas. A estratégia também prevê garantir equidade étnico-racial para mulheres empreendedoras autodeclaradas pretas ou pardas e garantir previsibilidade, transparência, perenidade e coordenação na elaboração de políticas e serviços de apoio.
- ✓ Como parte da estratégia, foi firmada uma parceria com a Rede Mulher Empreendedora para capacitar mais de 17 mil mulheres que empreendem ou querem empreender.

● **BRASIL SEM MISOGINIA**

- ✓ Parcerias com Sebrae: No dia 20 de março, o Sebrae aderiu à iniciativa Brasil sem Misoginia. Com duas ações prioritárias: a elaboração de 7 mil cartilhas para orientação dos servidores do SEBRAE; e a campanha publicitária de veiculação nacional de enfrentamento à misoginia.
- ✓ Parceria com os Correios: No dia 20 de março, o Ministério das Mulheres assinou um Acordo de Cooperação Técnica com os Correios que visa promover campanhas de utilidade pública sobre o enfrentamento à misoginia para o público interno e externo da empresa e formação sobre o tema do enfrentamento às violências contra as mulheres.





2) Quais as ações do Ministério, em 2023, foram destinadas para a promoção dos direitos das mulheres?

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA E À MISOGINIA -2023

- **CASA DA MULHER BRASILEIRA**

Serviços em funcionamento e atendimentos

- ✓ De janeiro a dezembro de 2023, as sete unidades da Casa da Mulher Brasileira em funcionamento atingiram a marca de 197.154 mulheres atendidas. Estão localizadas em São Paulo (SP), Campo Grande (MS), Fortaleza (CE), São Luís (MA), Curitiba (PR), Boa Vista (RR) e Ceilândia (DF).
- ✓ Em dezembro, foi inaugurada a oitava Casa da Mulher Brasileira, em Salvador (BA), que completou seu primeiro mês com 400 atendimentos realizados.

Recursos

- ✓ **O Ministério das Mulheres empenhou, em 2023, R\$ 15 milhões para a construção de unidades em Corumbá (MS), com atenção especial às mulheres que vivem na fronteira, e em Marabá (PA), como iniciativa no âmbito da COP-30.**
- ✓ Foram investidos R\$ 10 milhões na Casa da Mulher Brasileira de Salvador.
- ✓ Em maio de 2023, foi formalizado um acordo de cooperação técnica entre o Ministério das Mulheres e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) para construir e equipar um total de 40 novas Casas. » Em dezembro, o MJSP destinou R\$ 250 milhões para as próximas 13 Casas: Recife (PE), Maceió (AL), João Pessoa (PB), Natal (RN), Belém (PA), Porto Velho (RO), Dourados (MS), Cuiabá (MT), Maringá (PR), Rio de Janeiro (RJ), Serra (ES), Florianópolis (SC), Porto Alegre (RS).
- ✓ R\$ 2 milhões investidos nas unidades de Campo Grande, Fortaleza, Boa Vista, São Luís, Salvador e Ananindeua para compra de veículos.





- **CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER**

- ✓ Criação do Centro de Referência da Mulher Alvanira de Souza, na cidade de Japeri (RJ) - R\$ 830 mil em obras e equipamentos do centro, com contrapartida de R\$ 26 mil do município.
- ✓ Em 2023, o Ministério das Mulheres destinou 4,1 milhões para 17 centros de referência localizados em 11 estados, por meio de edital para aquisição de móveis e equipamentos.

- **TORNOZELEIRAS ELETRÔNICAS**

- ✓ R\$ 4 milhões para aquisição de tornozeleiras eletrônicas e outros dispositivos móveis de monitoramento previstos na aplicação da Lei Maria da Penha. Foram contemplados nove estados no edital: Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

- **BRASIL SEM MISOGINIA**

- ✓ Lançado em outubro, Brasil sem Misoginia é um chamado para a sociedade brasileira se comprometer, cotidianamente, com o enfrentamento ao ódio e a todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres.
- ✓ Mais de 140 empresas, instituições públicas, movimentos sociais, organizações diversas, como torcidas de futebol se envolveram com a iniciativa. Não foi repassado até o momento o número formal de adesões. A estimativa é que somente cerca de 40 parceiros aderiram formalmente à iniciativa.
- ✓ No mês de março, importantes parceiros como SEBRAE e CORREIOS aderiram formalmente à Iniciativa,

- **GTI PARA ELABORAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO**

- ✓ O Grupo de Trabalho Interministerial de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres, coordenado pela pasta, retomou o diálogo com mulheres que são lideranças em movimentos sociais, sindicatos, no Legislativo, Judiciário e Executivo.
- ✓ O objetivo é a construção coletiva de uma proposta de Política Nacional e de um Plano de Ação, nos termos da Lei 14.192.





- **REESTRUTURAÇÃO DO LIGUE 180**

- ✓ Uma das primeiras ações do Ministério das Mulheres para aprimorar o serviço foi corrigir a medida tomada no governo anterior, que juntou o Ligue 180 com o Disque 100.
- ✓ Além de reintegrar em uma única base os mais 2.500 serviços que compõem a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência em todo o país, o Ministério atualizou as informações que compõem o atendimento no Ligue 180.
- ✓ Ampliação dos canais disponíveis com a implantação de atendimento exclusivo no Whatsapp, pelo número (61) 9610 0180. De abril, mês de lançamento, até dezembro de 2023, foram registrados 6.689 atendimentos.
- ✓ Foram lançadas duas campanhas em 2023:
 - o Campanha Ligue 180, nossa ligação mais forte em defesa das mulheres, que teve por mensagem encorajar denúncias em casos de situações de violência, assim como buscar orientações e serviços especializados.
 - o Campanha Brasil sem violência contra a mulher. Brasil com respeito, que contou com Vídeos, cartazes e materiais informativos foram disseminados nas redes sociais e distribuídos em todo o país. Lançada durante o Agosto Lilás, os conteúdos abordaram diferentes formas de violência, como a física, sexual, psicológica, moral, patrimonial, política, entre outras. A mensagem é direta: “quando passa do ponto, é violência”.

- o De janeiro a dezembro de 2023, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 recebeu 568,6 mil ligações, uma média de 1.558 chamadas por dia.
- o Já o volume de denúncias de violências contra mulheres foi 23% maior que as do ano anterior, passando de 87,7 mil para 114,6 mil.
- o O aumento das denúncias indica maior conhecimento sobre canal e mais confiança no atendimento humanizado do Ligue 180.





- **PACTO NACIONAL DE PREVENÇÃO AOS FEMINICÍDIOS (Decreto nº 11.640/2023)**
 - ✓ O Decreto nº 11.640/2023 do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios foi anunciado na Sétima Edição das Marchas das Margaridas.
 - ✓ Objetivo: Prevenir todas as formas de discriminação, misoginia e violência de gênero contra mulheres e meninas, por meio da implementação de ações governamentais intersetoriais, com a perspectiva de gênero e suas interseccionalidades.

- **DIVULGAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA**
 - ✓ Dividida em quatro capítulos, a websérie “Maria da Penha – Retrato do Brasil” inaugurou o canal do Ministério na plataforma YouTube. O lançamento aconteceu no período chamado 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, iniciado em 20 novembro, convergindo com o Dia da Consciência Negra.

- **ASSINATURA DE ACT PARA CRIAÇÃO DA PRIMEIRA CASA DA MULHER INDÍGENA**
 - ✓ Ministério das Mulheres e Ministério dos Povos Indígenas assinaram um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para a implementação de ações conjuntas de combate à violência contra mulheres indígenas.
 - ✓ O propósito da medida, entre outros, é fomentar iniciativas socioeconômicas de impacto local, regional e nacional, assim como preservar saberes e práticas tradicionais dos povos indígenas a partir do fortalecimento e gestão de coletivos de mulheres indígenas. A iniciativa visa alcançar os seis biomas nacionais por meio de um edital que se desdobrará em 12 projetos ao todo, dois para cada bioma.

- **COTA PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (DECRETO Nº 11.430/2023)**
 - ✓ Ministério das Mulheres e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos trabalharam juntos pela elaboração do Decreto Nº 11.430, que assegura,





no mínimo, 8% das vagas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar nas contratações públicas.

- ✓ Outro ponto do instrumento é o desenvolvimento, por parte das empresas licitantes, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações no âmbito da administração pública federal.
- **ALTERAÇÕES NA LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 14.550 DE 19 DE ABRIL DE 2023)**
 - ✓ Altera a Lei Maria da Penha, com a concessão de medida protetiva de urgência independentemente de boletim de ocorrência.
 - ✓ Extensão do prazo de medidas protetivas enquanto houver risco.
 - ✓ Configuração como violência baseada no gênero toda situação de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- **AUXÍLIO-ALUGUEL PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (LEI Nº 14.674, DE 15 DE SETEMBRO DE 2023)**
 - ✓ O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei que prevê a concessão de auxílio-aluguel a mulheres vítimas de violência doméstica, assinada em conjunto com a ministra Cida Gonçalves.
 - ✓ De acordo com a lei, o pagamento do auxílio-aluguel deve ser concedido por um juiz. O benefício vale para mulheres afastadas do lar em situação de vulnerabilidade social e econômica.
- **PENSÃO ESPECIAL AOS ÓRFÃOS DO FEMINICÍDIO (LEI 14.717, 31 DE OUTUBRO DE 2023)**
 - ✓ É instituída pensão especial aos filhos e dependentes menores de 18 (dezoito) anos de idade, órfãos em razão do crime de feminicídio tipificado no inciso VI do § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).
 - ✓ A renda familiar mensal per capita deve ser igual ou inferior a 1/4 do salário mínimo; o valor será pago aos filhos e dependentes menores de 18 anos de idade na data do óbito de mulher vítima de feminicídio. O eventual suspeito de autoria ou coautoria do crime não poderá receber ou administrar a pensão em nome dos filhos.





- **CAMPANHA - BRASIL SEM VIOLÊNCIA CONTRA À MULHER, BRASIL COM RESPEITO**

- ✓ A ação fez parte da programação do Agosto Lilás – mês dedicado ao enfrentamento da violência contra as mulheres.
- ✓ Os materiais da campanha trazem as diferentes formas de violência – física, psicológica, moral, patrimonial, sexual, política, entre outras – e as desigualdades que as mulheres enfrentam em seu cotidiano. Também contempla a divulgação do Ligue 180, serviço público e gratuito do Governo Federal que informa, orienta sobre direitos e serviços da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, acolhe e encaminha denúncias.
- ✓ As agências e as concessionárias do Ministério dos Transportes também veiculam as peças digitais e impressas em seus meios de divulgação, assim como os Correios, que distribuíram cartazes na sede da empresa em Brasília, suas 28 unidades regionais no país e agências. Os materiais impressos também foram distribuídos às secretarias da mulher nos estados.

- **CARTILHA COM FOCO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E PESSOAS LGBTQIA+**

- ✓ Com o intuito de restabelecer, fortalecer e ampliar os direitos das mulheres e pessoas LGBTQIA+, a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres, do Ministério das Mulheres, e a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, apresentam material informativo sobre o enfrentamento às diversas violências que recaem sobre as mulheres e pessoas LGBTQIA+.
- ✓ A Cartilha de Enfrentamento à Violência elenca os diferentes tipos de violência que podem ser denunciados e que vão além das agressões físicas. Também orienta sobre como agir em caso de violência sexual, destacando a importância de se buscar primeiro o atendimento médico para a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e gravidez indesejada.
- ✓ A publicação traz, ainda, a relação de serviços de acolhimento e atendimento em São Paulo/SP, onde acontece, neste domingo (11/06), a 27ª Parada do Orgulho LGBTQIA+. O evento, já tradicional no calendário nacional, é a maior parada da





diversidade do mundo e serve para conscientizar e celebrar o respeito a todas as pessoas.

IGUALDADE, AUTONOMIA ECONÔMICA E POLÍTICA DE CUIDADOS -2023

- **SANÇÃO DA LEI DA IGUALDADE SALARIAL E DE CRITÉRIOS REMUNERATÓRIOS ENTRE MULHERES E HOMENS**

- ✓ A Lei nº 14.611/2023 foi o primeiro Projeto de Lei do novo governo do presidente Lula a ser aprovado pela Câmara dos Deputados e Senado Federal
- ✓ Para avançar na agenda, o Ministério das Mulheres coordena, junto com o Ministério do Trabalho e Emprego, um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com o objetivo de elaborar o Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens. O GTI foi criado pelo Decreto nº 11.514, de 1º de maio de 2023.

- **7ª EDIÇÃO DO PROGRAMA PRÓ-EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA**

- ✓ Visa fomentar, nas empresas privadas e públicas, a adoção de práticas que busquem justiça de gênero e de raça no mundo do trabalho.
- ✓ Após a adesão, empresas têm até dois anos para desenvolver e implementar um plano de ação no qual esteja indicado como vão promover, efetivamente, equidade de gênero e de raça.
- ✓ Inscrições começaram em outubro de 2023 e foram ampliadas para 30 de abril de 2024.

- **POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS**

Elaboração da Política Nacional de Cuidados e debates sobre o tema

- ✓ Com a participação de 20 órgãos da administração federal, o Ministério das Mulheres e o MDS coordenam Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) responsável pela elaboração da política nacional e do plano nacional sobre o tema.
- ✓ Em dezembro, o Ministério das Mulheres realizou o Seminário Nacional “Política Nacional de Cuidados: caminhos para a garantia da autonomia econômica das





mulheres”. A iniciativa trouxe insumos para a construção da política, que deve se voltar para a redução da sobrecarga de trabalho enfrentada pelas mulheres.

Recursos investidos

- ✓ O Ministério das Mulheres destinou um total de R\$ 6 milhões, por meio de editais, para ações de formação com mulheres em autonomia econômica e cuidados e para construção de lavanderias públicas comunitárias. O edital específico da construção das lavanderias, prevendo destinação de R\$ 2,6 milhões, foi lançando em novembro para estados e municípios apresentarem propostas. É uma iniciativa inédita no país, resultado das demandas das mulheres.

- **BOLSA ATLETA PARA MÃES**
 - ✓ O presidente Lula sancionou a Lei 1.084/2023, que amplia direitos e garantias de mães beneficiárias do programa federal Bolsa Atleta. A lei prevê a proteção para as atletas no período de gestação acrescido do período de até seis meses após o nascimento do bebê, totalizando até 15 parcelas mensais sucessivas.

- **PROMOÇÃO DA AUTONOMIA ECONÔMICA, GERAÇÃO DE RENDA, ECONOMIA SOLIDÁRIA E EMPREENDEDORISMO, COM VISTAS A REDUZIR A POBREZA E A FOME DAS MULHERES.**
 - ✓ Mais de R\$4,5 milhões foram destinados para o fortalecimento de organizações produtivas de mulheres rurais, indígenas e das periferias urbanas com foco na superação da pobreza e da fome.

- **PLANO SAFRA - PRONAF MULHER**
 - ✓ Lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2023/2024, que criou uma linha específica para mulheres rurais.
 - ✓ Trata-se de uma nova faixa na linha Pronaf Mulher, com limite de financiamento de até R\$ 25 mil por ano e taxa de juros de 4% ao ano, orientada às agricultoras com renda anual de até R\$ 100 mil.
 - ✓ Além disso, caso haja enquadramento no Pronaf B, o limite do financiamento dobra e chega, para essas mulheres, a R\$ 12 mil, com desconto de adimplência de 25% a 40%. As quilombolas e assentadas da reforma agrária passaram a ter





aumento no abatimento do Fomento Mulher (modalidade do crédito instalação) de 80% para 90%.

- **ATER MULHERES RURAIS - EDITAL MULHERES RURAIS, AUTONOMIA, ALIMENTAÇÃO E VIDAS SAUDÁVEIS**

- ✓ Serão R\$ 41 milhões para serviços de assistência técnica e extensão rural a 10,5 mil mulheres de todo o Brasil.
- ✓ Foram financiadas ações que impulsionam o avanço das capacidades produtivas e apoiadas ações que ampliam a inserção aos mercados, facilitem o acesso a programas de financiamento e compras públicas. Bem como ações que fortalecem as habilidades de gestão e promovam uma distribuição mais equitativa das responsabilidades relacionadas ao trabalho doméstico e à reprodução da vida.
- ✓ A Ater apoia o desenvolvimento de atividades produtivas (agrícolas e não agrícolas) geradoras de renda para as mulheres, estimulando a diversificação, a integração, o uso de insumos locais e a não dependência de insumos externos à Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA); apoia o desenvolvimento de sistemas produtivos agroecológicos e a adoção de práticas sustentáveis de uso e manejo dos recursos naturais; estimula e apoia a organização de grupos produtivos de mulheres; e viabilizar o acesso das mulheres aos Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), às políticas de crédito produtivo, em especial o Pronaf Mulher, às políticas de fomento, e às políticas de comercialização, como o PAA e o PNAE.

- **QUINTAIS PRODUTIVOS DAS MULHERES RURAIS**

- ✓ Reivindicação entregue na Marcha das Margaridas 2023, pelas trabalhadoras do campo, da floresta e das águas ao Governo Federal, em cerimônia no Palácio do Planalto, em Brasília, com a presença da Ministra Cida Gonçalves e do presidente Lula; tornou-se política pública do Estado Brasileiro.
- ✓ O Programa Quintais Produtivos das Mulheres Rurais, em parceria com o BNDES e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura, tem o objetivo de apoiar os quintais produtivos com fomento, assistência técnica,





cisternas e comercialização, além de assistir a produção agrícola de mulheres do campo, das águas e das florestas, gerando emprego e renda.

- ✓ Localizados próximos às casas rurais, os quintais produtivos costumam ser criados e manejados pelas mulheres para a produção de alimentos, além da criação de pequenos animais e da conservação da biodiversidade. O programa quer promover a autonomia econômica das mulheres rurais e ampliar o acesso às políticas públicas de apoio à produção e comercialização de alimentos e a tecnologias sociais de acesso à água potável, como as cisternas.
- ✓ O Programa foi lançado por meio da assinatura de instrumentos de parceria para apoiar a estruturação de quintais produtivos e a divulgação de edital de seleção para apoio aos projetos, sendo estes:
 1. Acordo de Cooperação Técnica entre MDS, MDA e BNDES: prevê o apoio à estruturação de 92 mil quintais até 2026. As beneficiárias receberão fomento produtivo para aquisição de insumos e equipamentos, e assistência técnica para comercialização da produção.
 2. Acordo de Cooperação Técnica entre MDA, Ministério das Mulheres e Banco do Nordeste: visa expandir e qualificar o atendimento aos agricultores e às agricultoras familiares para o acesso ao crédito, integrando assistência técnica e apoio à organização produtiva e econômica de mulheres rurais.
 3. Chamamento Público nº 01/2023: visa a seleção de projetos de apoio à estruturação de quintais e da organização produtiva das mulheres rurais. Serão disponibilizados R\$ 20 milhões para apoio a projetos, que vão beneficiar 2 mil mulheres.

- **PROGRAMA DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E ECONÔMICA DE MULHERES RURAIS**

- ✓ Foi lançado o edital de Apoio aos Grupos Produtivos de Mulheres Rurais.
- ✓ A previsão de investimento é de R\$ 30 milhões, com apoio a 220 organizações, e benefício a cinco mil mulheres.
- ✓ O objetivo do programa é promover a integração de políticas públicas que estimulem processos produtivos e econômicos voltados para a produção de alimentos e produtos saudáveis e sustentáveis, além de valorizar o trabalho e garantir a autonomia econômica das mulheres do campo, águas e floresta.





- ✓ Representa uma importante medida para permitir o acesso das mulheres rurais a programas de fomento produtivo, de crédito rural, de compras públicas da agricultura familiar e de apoio à infraestrutura hídrica, a serviços de assistência técnica e extensão rural, ao beneficiamento e à industrialização de alimentos e a mercados locais, nacionais e internacionais.

- **PROGRAMA CIDADANIA E BEM-VIVER**

- ✓ Uma vez que uma grande parte das mulheres rurais não têm em posse a documentação civil necessária para garantir seu acesso às políticas públicas e aos direitos básicos de cidadania, o Programa retomou a realização dos mutirões de documentação nos estados e no Distrito Federal para emissão de documentação destas trabalhadoras.
- ✓ Em 2024, a previsão é de realização de 108 mutirões em todas as regiões brasileiras, com emissão de 43.200 documentos.

- **CHAMADAS ATLÂNTICAS - PROGRAMA BEATRIZ NASCIMENTO DE MULHERES NA CIÊNCIA**

- ✓ Com objetivo de ampliar a participação de mulheres negras, ciganas, quilombolas e indígenas na ciência, o Ministério das Mulheres, em parceria com os ministérios da Igualdade Racial, dos Povos Indígenas, e da Ciência, Tecnologia e Inovação, com o apoio do CNPq, anunciaram o lançamento da Chamada Atlânticas - Programa Beatriz Nascimento de Mulheres na Ciência.
- ✓ A Chamada Atlânticas MCTI/CNPq/MIR/MMULHERES/MPI Nº 36/23 para Bolsas no Exterior (SWE e PDE) conta com R\$ 6 milhões em investimentos, o programa contempla bolsas de doutorado sanduíche e de pós-doutorado no exterior para pesquisadoras negras, quilombolas, indígenas e ciganas regularmente matriculadas em cursos de doutorado reconhecido pela Capes, ou que tenham concluído programa de pós-graduação reconhecido pela Capes em qualquer área de conhecimento.





ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL, AÇÕES TEMÁTICAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA -2023

• REALIZAÇÃO DO 1º FÓRUM NACIONAL DE ORGANISMOS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

- ✓ Promovido pela Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política do Ministério das Mulheres, o Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres tem o objetivo de rearticular e reorganizar a relação do Governo Federal com os OPMs para que estes voltem a fortalecer e beneficiar as ações e serviços especializados para mulheres nas diversas regiões do país.
- ✓ Com vistas à garantia da transversalidade das políticas de gênero em todas as ações governamentais, o encontro discutiu os eixos gerais de políticas propostos pelo Ministério das Mulheres para a defesa dos direitos das mulheres, bem como a articulação das políticas nacionais com sua implementação nos estados e municípios, com a presença de gestoras titulares dos organismos governamentais estaduais e municipais de políticas para as mulheres - secretarias estaduais e municipais, diretorias estaduais e municipais, coordenadorias estaduais e municipais ou órgão equivalente no município/estado voltado a políticas públicas para mulheres.

• DIÁLOGOS PELA INCLUSÃO

- ✓ “Diálogos pela Inclusão” é uma ação do Ministério das Mulheres para a realização de escutas qualificadas nos territórios e por temáticas, com o propósito de diagnosticar, mapear e elaborar políticas públicas de prevenção à violência considerando as necessidades específicas destes territórios e grupos.
- ✓ Em 2023, foram ouvidas as demandas de mulheres indígenas, pescadoras, quilombolas e com deficiência, em diálogos realizados em Brasília e também nos estados de Pernambuco, Roraima, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e na região do Marajó, no Pará.





- **EDITAL DE EQUIPAGEM PARA AS OPMS**

- ✓ Edital de estruturação de OPM para 12 estados.
- ✓ A iniciativa visa financiar projetos que contribuam com a estruturação das secretarias estaduais e distrital das mulheres e/ou outras estruturas correlatas da administração direta, com a implementação e consolidação dos Fóruns Estaduais de OPM, além do fortalecimento e valorização das mulheres na gestão pública.
- ✓ O objetivo é reestruturar os Organismos de Políticas para Mulheres para que tenham capacidade de execução de políticas públicas para mulheres de forma eficiente, eficácia e efetiva. Entrega de 300 OPMs.
- ✓ **Investimento:** R\$ 3 milhões de reais, sendo R\$ 2,1 milhões para bens de capital e R\$ 900 mil para custeio.

- **AÇÕES VOLTADAS PARA AS MULHERES LÉSBICAS**

- **Implementação de Fórum**

- ✓ Foi implementado o Fórum para Promoção de Estratégias para a Autonomia Econômica e Cuidado, Enfrentamento à Violência e Articulação Institucional de Políticas Públicas para Lésbicas, que consiste num mecanismo de debate e formulação de ações para direcionar, de forma mais efetiva, as políticas públicas voltadas para as lésbicas. A ação também busca fomentar maior participação política desse grupo social.

- **Apoio à primeira pesquisa Lesbocenso Nacional**

- ✓ Investimento de R\$ 250 mil para a continuidade do LesboCenso. O levantamento tem os objetivos de mapear a realidade das lésbicas no país, servir de insumo para a formulação de políticas públicas específicas e para o enfrentamento da violência contra elas





ACESSO À INFORMAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E ATENDIMENTO AO CIDADÃO

- **PARCERIA DA OUVIDORIA DAS MULHERES COM OS CORREIOS**

- ✓ A parceria tem por objetivo é estimular mulheres, de todo o Brasil, a enviarem cartas à Ouvidoria do Ministério das Mulheres. O envio é gratuito e deve ser encaminhado para a Caixa Postal 10802, da Ouvidoria.

- **PROGRAMA OI, MULHERES! DA OUVIDORIA**

- ✓ Tem a missão de escutar as mulheres presencialmente, indo aos territórios para ouvi-las sobre denúncias de violências, discriminação e violação de direitos. Por meio do diálogo, o programa quer estimular também a participação social direta na construção de políticas, o exercício do controle social, a resolução de conflitos.

- **MAPA COLABORATIVO DAS MULHERES BRASILEIRAS**

- ✓ Em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a ação visa mapear grupos, coletivos, entidades, movimentos, redes e organizações de mulheres e/ou feministas que atuam pela garantia dos direitos das mulheres no Brasil.

- **LANÇAMENTO DO PAINEL DE INDICADORES DO OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO**

- ✓ Lançada em outubro, a ferramenta está disponível online, com a finalidade de servir de fonte de informação para a sociedade civil, gestoras e gestores das três esferas governamentais, pesquisadoras e pesquisadores, jornalistas e a todas as pessoas interessadas em acompanhar a evolução da realidade das mulheres no Brasil.
- ✓ Em sua primeira etapa, foram disponibilizados 43 indicadores de gênero na plataforma.

- **PROGRAMA DIGNIDADE MENSTRUAL (DECRETO Nº 11.432)**

- ✓ O programa garante a distribuição gratuita e continuada de absorventes higiênicos para pessoas beneficiadas e que não têm acesso a esse item fundamental durante o ciclo menstrual. Isso significa acesso a absorventes descartáveis e em quantidade suficiente para trocas durante o período menstrual.





- ✓ Objetivo: Promover a saúde e bem-estar de quem menstrua e dar oportunidade para que acessem espaços sem restrições. A iniciativa também promove a conscientização sobre a naturalidade do ciclo menstrual, equidade de gênero, justiça social, educação e direitos humanos.
- ✓ Nesta primeira etapa, a distribuição de absorventes será feita principalmente por meio do Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB), que está presente em mais de 4.600 municípios brasileiros.
- ✓ Iniciado em janeiro de 2024, segundo levantamento realizado pelo Ministério da Saúde; em março, 4 milhões de absorventes já haviam sido distribuídos, com mais de 1 milhão de beneficiárias, em 3,5 mil municípios do país.

AGENDA INTERNACIONAL

- **REUNIÃO DE MINISTRAS E ALTAS AUTORIDADES DA MULHER DO MERCOSUL (RMAAM)**
 - ✓ Em junho de 2023, o Brasil se destacou na construção de uma lista de 10 recomendações de enfrentamento à violência política de gênero e à misoginia, no âmbito das ações do Mercosul.
 - ✓ Em julho, o Brasil assumiu a presidência *pro tempore* do bloco.
 - ✓ Em novembro, o país sediou XXII RMAAM, sob a liderança do Ministério das Mulheres.
- **CRIAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES NO ÂMBITO DO G20**
 - ✓ O Grupo tem como principal objetivo fortalecer o debate de gênero e a disseminação de boas práticas e políticas públicas em prol dos direitos das mulheres e meninas entre os países do G20, com foco no alcance do 5º Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável (ODS 5): Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.





3) Quanto foi destinado, em recursos financeiros, para as iniciativas destinadas à promoção e à proteção da mulher executadas pelo órgão em 2023, e quanto será destinado para o ano de 2024? Dessa quantia, quanto já foi empenhado e quais órgãos, entes e entidades privadas receberam os recursos?

Segue dotação e execução orçamentária e financeira solicitada, em anexo.

4) Quais são as principais políticas, programas, diretrizes e projetos que buscam eliminar a discriminação da mulher?

Todas as ações realizadas na gestão de 2023 e as ações realizadas e anunciadas para 2024, supracitadas, são voltadas para a eliminação de processos discriminatórios contra as mulheres, bem como em prol da efetivação da igualdade de gênero e enfrentamento à violência contra às mulheres.

5) Quais são os mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção de direitos e de proteção à mulher aplicados por este Ministério?

- ✓ O Plano Nacional de Políticas para Mulheres vigente, construído durante as discussões da Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, a partir da escuta de gestoras de políticas para mulheres e representantes da sociedade civil organizada, constitui-se em um elemento estrutural da configuração de um Estado democrático; que contém mecanismos de efetiva participação social nas ferramentas de monitoramento, avaliação e aprimoramento de políticas públicas.
- ✓ Há um Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM instituído, contando com membros efetivos de 32 órgãos governamentais, além das três representações do CNDM. Conta ainda com convidados eventuais, integrados pela Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres, Organização Internacional do Trabalho (OIT) e representações dos Organismos de Políticas para as mulheres dos estados, Distrito Federal e municípios.
- ✓ O objetivo geral deste Comitê é Implementar, acompanhar e monitorar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM, com integração das ações e articulação entre os diferentes órgãos dos governos federal, distrital, estaduais e municipais.





✓ Seus objetivos específicos são:

1. Acompanhar e monitorar a implementação do PNPM.
 2. Apoiar e incentivar a implementação do PNPM nos estados, Distrito Federal e municípios.
 3. Ampliar e disseminar o conhecimento sobre a situação das mulheres na sociedade brasileira e das políticas públicas de gênero, considerando as múltiplas formas de desigualdades.
1. Ampliar a participação e o controle social da implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM.
 2. Fortalecer a articulação, o monitoramento e a avaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM.
 3. Criar e fortalecer mecanismos de gênero nos Ministérios do Governo Federal (núcleos, coordenações, diretorias, conforme a estrutura de cada ministério).

✓ Metas

- A. Contribuir para a criação e o fortalecimento de organismos de promoção de políticas para as mulheres em todas as Unidades da Federação.
- B. Incentivar a formulação de Planos de políticas para as mulheres nos estados, Distrito Federal e municípios.
- C. Incentivar a produção e a disseminação de dados, estudos e pesquisas que tratem das temáticas de gênero e suas múltiplas formas de desigualdades, tais como raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, mulheres com deficiência, mulheres rurais/urbanas, geração e origem/região geográfica.
- D. Sensibilizar servidoras/es públicas/os para os temas de gênero e suas múltiplas formas de desigualdades.
- E. Dobrar o número de mecanismos de gênero nos órgãos do governo federal com prioridade para os representados no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, bem como estimular o aprimoramento e fortalecimento dos mecanismos já existentes.

✓ Linhas de Ação

1. Ampliação e fortalecimento da institucionalização das políticas de gênero nos poderes executivos federal, distrital, estaduais e municipais.





2. Capacitação e qualificação de agentes públicos para os temas de gênero e suas múltiplas formas de desigualdades.
3. Produção, organização e disseminação de dados, estudos e pesquisas que tratem das temáticas de gênero e suas múltiplas formas de desigualdades.
4. Monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

